

HABEAS CORPUS Nº 492.616 - ES (2019/0037890-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : TATIANA COSTA JARDIM
ADVOGADO : TATIANA COSTA JARDIM - ES012040
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : A L S (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. AGUARDAR EM LIBERDADE JULGAMENTO DE REVISÃO CRIMINAL. ESTUPRO PRESUMIDO E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. NULIDADES ARGUIDAS. INEXISTÊNCIA DE RENOVAÇÃO OU RETIFICAÇÃO DE ATOS DECISÓRIOS APÓS DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INDEFERIMENTO DE PROVA COMPLEMENTAR. DOSIMETRIA DA PENA, EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE, COM BASE EM CIRCUNSTÂNCIAS ELEMENTARES DO TIPO PENAL. FUNDAMENTAÇÃO. PRETENSÃO DE SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO ATÉ JULGAMENTO DA REVISÃO. *WRIT* IMPETRADO CONTRA DECISÃO DE INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 691/STF. APLICAÇÃO ANALÓGICA. AJUIZAMENTO DE REVISÃO CRIMINAL. EFEITO SUSPENSIVO NA EXECUÇÃO DA PENA. VEDAÇÃO. PRECEDENTES. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. NÃO OCORRÊNCIA.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **A L S**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que negou provimento ao agravo regimental interposto contra indeferimento do pedido liminar na revisão criminal ajuizada pelo paciente (fls. 739/740 – Revisão Criminal n. 0026343-10.2018.8.08.0000), apontando nulidades na sentença condenatória – inexistência de renovação ou retificação de atos decisórios após declínio de competência, violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, indeferimento de prova complementar e dosimetria da pena, decorrente da

exasperação da pena-base, com base em circunstâncias elementares do tipo penal (fls. 17/18) –, à pena de 22 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes de estupro presumido e de atentado violento ao pudor, majorados por ser o agente padrasto da vítima.

Destacam-se os seguintes atos processuais dos autos:

a) Denúncia – ofertada em 4/6/2009, retificada em 23/7/2009 (fl. 226) e recebida em 30/7/2009 – em que se imputa a seguinte conduta delitiva: a vítima *relatou que quando contava com oito anos (ano de 2001) o denunciado passou a passar as mãos no seu corpo e ainda "que ele fazia tudo que ele queria, conjunção carnal, anal e vários atos libidinosos" e que tais atos eram praticados no apartamento do denunciado e na residência da vítima, nesta comarca e que tais condutas perduraram até o mês de julho de 2006, quando relatou tais fatos à sua genitor a, o que provocou o fim da convivência marital entre essa e o denunciado* (fls. 82/83);

b) Declínio de competência da ação penal, da Vara Especializada em Violência Doméstica para a 2ª Vara Criminal da comarca de Serra/ES, em 22/10/2012, ao fundamento de *o crime em tela não tem qualquer vinculação com o gênero feminino e sim com o abuso da relação de parentesco, forçoso reconhecer a incompetência absoluta para julgar o delito em tela* (fls. 464/471);

c) Sentença condenatória, em 25/7/2013, prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Serra/ES, à pena de 22 anos e 6 meses de reclusão (fls. 524/541);

d) Acórdãos da Apelação – provimento negado (fls. 595/604), em 1º/12/2014 –; e embargos de declaração, rejeitados em 1º/4/2015 (fls. 625/633); e

e) Decisões do STJ – AREsp n. 752.921, desprovido em 5/10/2015 (fls. 713/715); e do STF, não conhecendo do ARE n. 931.431, em 30/11/2015

(fls. 717/719).

No presente *writ*, alega-se constrangimento ilegal consistente na execução da pena, referente à condenação transitada em julgado, antes do final do julgamento da revisão criminal.

Sustenta a impetrante, em síntese, que *o presente pedido de habeas corpus não tem como objeto o reconhecimento definitivo da nulidade da r. sentença condenatória ou da própria ação penal, posto que tais nulidades são objeto da revisão criminal nº 0026343-10.2018.8.08.0000, ainda pendente de julgamento no E. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Versa o presente habeas corpus exclusivamente sobre o direito do paciente de aguardar em liberdade o debate e a conclusão das matérias objeto da revisão criminal* (fl. 16).

Postula, entretanto, a concessão liminar da ordem para que seja reconhecida a *nulidade da r. sentença condenatória pelas razões expostas no presente writ, determinando-se o retorno dos autos da Ação Penal n. 000940373.2010.8.08.0024 ao juízo da Segunda Vara Criminal de Serra para renovação/retificação dos atos decisórios do juízo incompetente e prosseguimento do feito* (fl. 27) e, de forma subsidiária, *seja concedida a ordem de habeas corpus para garantir ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento definitivo do pedido de revisão criminal nº 0026343-10.2018.8.08.0000* (fl. 27).

É o relatório.

Busca a impetração o direito de aguardar em liberdade – afastando, assim, a execução da pena imposta ao paciente, referente à condenação transitada em julgado, de 22 anos e 6 meses de reclusão, pela prática dos crimes de estupro presumido e de atentado violento ao pudor –, ao argumento de nulidade da sentença.

Ao que se tem, o presente *mandamus* foi impetrado contra decisão

do Relator da Corte local, indeferindo o pedido liminar na revisão criminal.

Com efeito, as Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado no Enunciado 691 da Súmula do Pretório Excelso, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

Confira-se: AgRg no HC n. 288.056/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 26/5/2015; e AgRg no HC n. 306.319/CE, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 19/6/2015.

Da análise dos autos, tem-se que o Relator da Revisão Criminal indeferiu o pedido liminar, nos seguintes termos (fl. 740):

[...]

Ocorre que, compulsando a Sentença de fls. 494/511, verifica-se que o revisionando foi condenado pelo juízo de 1º grau, sendo o édito condenatório mantido por este Eg. TJES, conforme acórdão de fls. 565.

Compulsando as alegações finais e as razões de apelo, verifico que as mesmas questões ora suscitadas já foram alegadas naquelas peças. De modo que, por ora, não vislumbro que a defesa apresentou fundamentos diversos daqueles que já foram objeto de discussão e apreciação pelos julgadores.

Em cognição sumária, não restou demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da medida, porque não é razoável presumir-se a existência do *fumus boni iuris* ante a coisa julgada obtida em processo de cognição exauriente, razão pela qual os efeitos da sentença devem ser mantidos até ulterior análise exaustiva dos argumentos articulados na inicial.

Ademais, **não restou demonstrada de forma manifesta a necessidade e urgência da medida, considerando que a Sentença questionada transitou em julgado e o réu já se encontra cumprindo pena desde março desde ano.**

[...]

Ao seu termo, a Corte local negou provimento ao agravo regimental interposto, aos seguintes fundamentos (fls. 779/780):

[...]

Ocorre que, consoante restou consignado na Decisão agravada, em

cognição sumária pertinente ao pleito liminar, não foi possível verificar a presença do requisito do *fumus boni iuris*, eis que as teses de nulidade suscitadas na presente revisional foram enfrentadas no bojo da ação penal, seja no bojo da Sentença ou no bojo da Apelação.

É possível verificar que, a Sentença afastou a tese de nulidade decorrente da não renovação dos atos decisórios após o reconhecimento da incompetência, e, no julgamento da apelação este Eg. TJES devidamente afastou a nulidade decorrente da suspeição da magistrada e reanalisou as provas produzidas, concluindo que o "conjunto probatório mostrou-se sólido o bastante para embasar unia sentença", razão pela qual, por ora, mantenho entendimento de que a defesa não apresentou fundamentos diversos daqueles que já foram objeto de discussão e apreciação pelos julgadores, ou que sejam suficientes para concluir, de plano, pela configuração das nulidades alegadas, em especial, considerando a previsão do art. 563 do CPP, "*Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa*".

Portanto, não tendo o agravado apresentado qualquer novo elemento suficiente à modificação das razões contidas na Decisão recorrida, entendo que merece ser mantida [...]

Porém, não assiste razão a pretensão mandamental, uma vez que *a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica quanto à vedação de efeito suspensivo para impedir a execução da pena em revisão criminal. 4. Nos limites da cognição sumaríssima própria do pedido de superação da Súmula n. 691 do STF, não há como constatar flagrante ilegalidade que justifique a intervenção prematura desta Corte Superior, em indevido salto de instância (AgRg no HC n. 476.773/PI, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 7/12/2018).*

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. INEXISTÊNCIA. INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - Consoante a firme jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça,

não é cabível a impetração de habeas corpus, contra decisão que indefere liminar em revisão criminal, em virtude da aplicação, por analogia, do óbice previsto na Súmula 691/STF.

III - No caso, a agravante pretende obstar a execução da pena imposta na ação penal de origem em virtude do ajuizamento de revisão criminal, contra a qual requereu a concessão de liminar, indeferida pelo e. Desembargador Relator.

IV - Ocorre que **o ajuizamento de revisão criminal não obsta a execução da sentença condenatória, tendo em vista a ausência de efeito suspensivo, de forma que não há teratologia na decisão que indefere liminar pleiteada com esse objetivo.**

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 431.456/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 30/4/2018 – grifo nosso)

Assim, não foi evidenciada teratologia ou ilegalidade manifesta na decisão hostilizada, razão pela qual não enxergo a necessidade de intervenção prematura deste Superior Tribunal.

Em razão disso, **indefiro liminarmente** o presente *writ* (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator